

**Mapeando a educação sergipana no ano de 1996 e 2019 alunos reprovados e afastados no ensino fundamental: contradições e reflexões**

**Mapping sergipan education in the year 1996 and 2019 failing and withdrawn students in elementary school: contradictions and reflections**

DOI:10.34117/bjdv7n7-238

Recebimento dos originais: 09/06/2021

Aceitação para publicação: 09/07/2021

**Elis Regina Silva dos Santos Oliveira**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Transformações do Mundo Rural/GEPRU/UFS.

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Endereço: Cidade Univ Prof Aloisio de Campos. Av Marechal Rondon, s/n, Jd. Rosa Elze São Cristóvão - SE, 49100-000

E-mail: elisreginaoliveir@yahoo.com.br

**Givaldo Santos de Jesus**

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do Grupo de Pesquisa sobre Transformações do Mundo Rural/ GEPRU/UFS.

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Endereço: Cidade Univ Prof Aloisio de Campos. Av Marechal Rondon, s/n, Jd. Rosa Elze São Cristóvão - SE, 49100-000

E-mail: givaldogeohistoria@yahoo.com.br

**Handresha da Rocha Santos**

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Transformações do Mundo Rural/ GEPRU/UFS.

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Endereço: Cidade Univ Prof Aloisio de Campos. Av Marechal Rondon, s/n, Jd. Rosa Elze São Cristóvão - SE, 49100-000

E-mail: handresharochoa@yahoo.com.br

**Leide Maria Reis dos Santos**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Transformações do Mundo Rural/ GEPRU/UFS.

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Endereço: Cidade Univ Prof Aloisio de Campos. Av Marechal Rondon, s/n, Jd. Rosa Elze São Cristóvão - SE, 49100-000

E-mail: lady.posgeo@gmail.com

**Sandra Andréa Souza Rodrigues**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Transformações do Mundo Rural/ GEPRU/UFS.

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Endereço: Cidade Univ Prof Aloisio de Campos. Av Marechal Rondon, s/n, Jd. Rosa  
Elze São Cristóvão - SE, 49100-000  
E-mail: sandreasilva@yahoo.com.br

## RESUMO

O presente artigo tem como propósito refletir as contradições da educação a partir da exclusão sócio-econômica que atinge diretamente os agentes da educação, além de mapear a educação sergipana no tocante ao número de alunos reprovados e afastados por abandonos na rede estadual e municipal no ano de 1996. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica do tema seguido pela coleta de dados no Anuário Estatístico de Sergipe de 1999 (analisando a situação do ano de 1996). Através do mapeamento ficou evidente que o município de Aracaju seguido por Lagarto possui uma hegemonia no sentido destes terem os mais altos índices de alunos reprovados e afastados por abandono. Mostrando que há uma crise nos últimos tempos no ensino, na escola e na educação e Sergipe não está fora dessa realidade.

**Palavras-Chave:** Educação, Abandono, Reprovação.

## ABSTRACT

The purpose of this paper is to reflect on the contradictions of education based on the socio-economic exclusion that directly affects the agents of education, in addition to mapping Sergipe's education in terms of the number of students who failed and were withdrawn by dropouts in the state and municipal school system in 1996. The methodology used was a bibliographic review of the theme followed by data collection from the Sergipe Statistical Yearbook 1999 (analyzing the situation in 1996). Through the mapping it became evident that the municipality of Aracaju followed by Lagarto has a hegemony in the sense that they have the highest indexes of failed students and students who dropped out. This shows that there is a crisis in teaching, in the school, and in education, and Sergipe is not out of this reality.

**Keywords:** Education, Dropout, Failures.

## 1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas têm sido marcadas por intensos debates no pensamento filosófico e científico em decorrência de transformações no mundo e nas organizações das sociedades. Essas mudanças atingem diretamente a educação no momento que afetam todos os atores sociais da escola: Estado, Sociedade e Família.

Há todo um contexto sócio-político-econômico que contribui para o fracasso do aluno da rede pública. Essa contradição denota-se de um paradoxo das possibilidades de igualdade, transformando a escola palco e cenário dessas condições.

Segundo Valle (2003), o acesso à escola não garante acesso ao saber. Somente a igualdade de oportunidade garantirá a inclusão do indivíduo na sociedade, porém faz-se necessário enfatizar que a escola é um poderoso instrumento para que isso ocorra.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a educação não é apenas dever do Estado mais também da família. Percebe-se que há um distanciamento da família e da escola e ambos são necessários para os bons resultados do âmbito escolar.

Valle (2003) afirma que a educação necessita da família e da escola, que com o passar dos anos e com as inerentes transformações também sofreram perdas irreparáveis decorrentes das desestruturas sociais e políticas.

A escola pública tem um papel bem definido na permanência da hegemonia de uma classe, escola pobre para o pobre para permanecer pobre. Os tempos modernos emergiram a necessidade de uma escola para todos com qualidade e com objetivo de formar indivíduos para enfrentar os desafios da vida contemporânea.

Segundo Nogueira (2000), a educação conscientizadora e emancipadora que garanta qualidade de ensino e acesso à cidadania e à democracia, tem sido proposta tanto pela nova Lei de diretrizes e bases da educação (1996) quanto pela constituição Federal do Brasil (1988).

Sabe-se que o verdadeiro papel da educação é formar o indivíduo para o exercício da cidadania e fornece-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Sendo assim, os professores e a Escola ao planejarem o processo de ensino devem ter clareza de como o trabalho docente presta um efetivo serviço à sociedade na conscientização e saber que, os conteúdos estão vinculados às exigências profissionais e políticas com sua ideologia embutida nos livros didáticos tendo em vista uma sociedade que não atingiu a democracia plena.

Além disso, Valle (2003) afirma que a inserção de novos conceitos, valores, modelos e instrumentos ampliaram o âmbito do que é aprendizagem, hoje é necessário “aprender a aprender”, processo de desenvolvimento sócio-educacional que vai além da simples reprodução. Essa nova sociedade busca aplicabilidade do conhecimento.

Logo, a educação deve ser inclusiva e oferecer condições ao indivíduo para emancipar-se, dando a este, oportunidade de superação das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Figura 2-Vista de dentro de uma casa no Coqueiral no Bairro Porto Dantas, Aracaju/Se.



Fonte: Trabalho de Campo, em 10 de outubro de 2008.

Segundo Valle (2003), o papel do professor também se redefine quando ele deixa de ser repassador para torna-se agente facilitador e também agente estimulador no processo de construção, tornando assim, professores e alunos, sujeitos que interagem, dialogam e partilham em contínuo processo de aprendizagem.

Sendo assim, professores, escola, sociedade e família, devem ter papéis importantes para o sucesso da educação, mesmo sob influência de todo o sistema opressor que se alimenta das desigualdades existentes na sociedade e que dispõe, no Estado, de aparelho que legitima essa condição.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entre os estudiosos da educação, têm sido comuns indagações reconhecendo os impactos das atuais transformações políticas, econômicas, sociais e culturais na educação e no ensino, exigindo uma reflexão profunda sobre o papel da escola e dos profissionais da educação em uma sociedade capitalista. Atualmente por mais que a escola seja comprometida nas suas funções, na estrutura organizacional, nos seus conteúdos e métodos, por meio da BNCC e outros pacotes educacionais do governo, ela mantém-se como instituição necessária à democratização da sociedade.

Diante do descaso dos gestores com a educação pública muitos educadores questionam se a educação tem solução e se a escola consegue ensinar os conhecimentos básicos aos filhos das classes populares, devido aos desvios de verbas da educação e a manipulação de todo o sistema, visando o sucateamento da escola pública. Para muitos, a escola não tem jeito e a evasão e a repetência são fortes indicadores desse fracasso escolar. Segundo dados do INEP (2019):

Entre 2014 e 2018, a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA) “perdeu” 1,3 milhão de alunos matriculados, apontam os dados do Inep. O Brasil tem cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola. As maiores concentrações estão na faixa de crianças com 4 anos de idade, com 341.925 crianças fora da pré-escola e aos 17 anos, com 915.455 jovens.

A evasão e a repetência escolar sempre foram um dos maiores problemas da educação, pois está ligado a uma série de fatores históricos em uma sociedade capitalista que concentra terra, renda, poder e conhecimento nas mãos de poucos, negando ao restante da população uma educação de qualidade. Tornando os desafios da educação uma questão estrutural. Por isso, é preciso repensar as problemáticas educacionais de uma forma mais ampla e essa análise começa a partir de mudanças sociais, pois, enquanto ficarmos presos tentando resolver problemas isolados, propondo novas propostas inovadoras, modificando currículos, métodos, legislação, etc., sem atentarmos para o todo; ficaremos apenas recebendo pacotes de cima para baixo, formando alunos aptos para atender os interesses do capital. Dessa forma:

[...] O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente. (MÉZÁROS, 2005, p. 47).

Segundo Arroyo (1997) a escola é um projeto de classe e só pode ser enfrentado por outro projeto de classe antagônico, visando o interesse da classe e não a ascensão de uma minoria da sociedade que é a camada rica. As mazelas da educação não estão se nas regiões brasileiras algumas são ricas ou pobres; se os estados de São Paulo, Sergipe são ricos ou pobres; está na concentração das riquezas que gera as diferenças de classe, negando uma educação de qualidade para a população pobre, excluída da escola e dos seus direitos. Nesse sentido:

[...] da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão-de-guarda ex-ofício e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida. [...] (MÉZÁROS, 2005, p. 55).

Nesse contexto, a política educacional dos nossos governantes na atualidade é reduzir os gastos (PEC 55) com a educação e jogar toda a responsabilidade do fracasso nas “costas” dos professores, dos alunos e da família. O Estado torna-se mínimo para resolver os problemas da educação e máximo para reprimir os profissionais da educação que são obrigados a assumir e solucionar a evasão, a repetência, a violência nas escolas, melhores condições de trabalho, formação continuada, etc.

O professor é um profissional que atua no ensino proporcionando conhecimentos, habilidades e atitudes que de fato leva ao sucesso ou fracasso do processo ensino e aprendizagem. Todavia o êxito e o fracasso da atuação do professor estão diretamente ligados a uma série de fatores profissionais e materiais que interferem no funcionamento das escolas, e na maioria das vezes prejudicam o desempenho dos profissionais da educação e a aprendizagem dos educandos, já que é função do Estado proporcionar os meios necessários. Dessa forma:

[...] um professor profissionalmente despreparado, recebendo salários baixos, trabalhando em precárias condições, terá dificuldades de atuar com profissionalismo. Por outro lado, um professor muito dedicado, que ama sua profissão, respeita os alunos, é assíduo ao trabalho, terá muito pouco êxito na sua atividade profissional se não tiver as qualidades e competências tidas como ideais a um profissional, isto é, os requisitos de profissionalização. (LIBÂNEO, 2001, p.64).

A luta pela profissionalização e por um ensino de qualidade torna-se cada vez mais difícil porque para o fortalecimento da identidade profissional faz-se necessário investir na formação inicial e continuada dos profissionais da educação. No entanto, assistimos em nosso país uma redução na carga horária e a consequente junção de disciplinas nos cursos superiores, como também, o grande número de cursos especiais bastante reduzidos e sem qualidade, que atraem um grande número de jovens e professores que ainda não fizeram sua licenciatura ou uma segunda licenciatura. Então, as Universidades de maneira geral estão se fragilizando, formando profissionais com deficiência e quando chegam no mercado de trabalho sofrem também com a falta de cursos para garantir a formação continuada.

Por outro lado, quando a Secretaria de Educação oferece esses cursos são passadas propostas para serem executadas, direcionando o que os professores devem fazer. Os professores não são instigados a ganhar autonomia profissional, a refletir sobre sua prática, e construir suas próprias teorias sobre o seu trabalho, que seria o ideal para atingirmos uma educação de qualidade, respeitando e transformando a vida dos alunos e da sociedade. Na verdade, a maioria desses cursos trazem fórmulas prontas, apresentando a realidade e experiências de outros Estados, totalmente diferentes do nosso cotidiano. Dessa forma:

O exercício e o treino poderiam bastar para manter competências essenciais se a escola fosse um mundo estável. Ora, exerce-se o ofício em contextos inéditos, diante de públicos que mudam, em referência a programas repensados, supostamente baseados em novos conhecimentos, até mesmo em novas abordagens e novos paradigmas. Daí a necessidade de uma formação contínua, que em italiano se chama *aggiornamento*, o que ressalta o fato de que os recursos cognitivos mobilizados pelas competências devem ser atualizados, adaptados a condições de trabalho em evolução. (PERRENOURD, 2000, p.155/156).

Em relação às condições adequadas de trabalho, estamos muito aquém do ideal, pois falta melhorar a estrutura física das escolas, materiais didáticos, merenda, bibliotecas, auditórios, laboratórios de ciências e de informática, etc., essa é a dura realidade das escolas públicas que tem como obrigação preparar os filhos dos trabalhadores para que se tornem verdadeiros cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, e que possam lutar contra a exclusão socioeconômica e cultural. Nesse sentido:

[...] Ampliando um pouco mais o enfoque, temos os alunos com seus dramas pessoais e familiares; e já estamos inseridos na lógica social maior, perversa, excludente e desumana. Para quem não perdeu a sensibilidade, este é o ponto de partida: a necessidade de transformação (VASCONCELLOS, 2001, p. 27/28).

Então é preciso romper com essa concepção de educação excludente e partir para uma educação cidadã. Para Callai e Moraes (2017) no campo da Geografia, a educação geográfica pode ser o meio para a educação cidadã porque o ensino de geografia vai além da transmissão de conhecimentos e acúmulo de informações. Mas, é preciso superar tudo que é imposto à geografia enquanto disciplina escolar e ultrapassar essas barreiras rumo à educação geográfica que nos coloca diante de dois temas fundamentais para a efetivação

de uma formação cidadã que supere a geografia escolar: o pensamento geográfico e a análise geográfica.

Por isso, é preciso descortinar como ultrapassar essa educação mecânica que atende ao mercado. A análise geográfica é pautada em pesquisas desenvolvidas com o rigor metodológico da ciência geográfica, com seus conceitos e categorias de análise, sendo os condutores de um conhecimento que valoriza o aluno enquanto sujeito e produtor de conhecimento. Nessa perspectiva, Callai e Moraes (2017, p. 84) afirma que:

Assim, a educação geográfica pode se estabelecer como um dos caminhos para estudar geografia de modo que oportunize aos estudantes construir as bases de conteúdos para interpretação do mundo. E essas bases se constituem a partir do conhecimento que necessariamente é a sustentação da ação da escola, aliado ao desenvolvimento do pensamento abstrato. Se constitui, portanto, na perspectiva de acessar as ferramentas teóricas para entender o mundo e para as pessoas se entenderem como sujeitos nesse mundo, reconhecendo a espacialidade dos fenômenos sociais.

A educação cidadã é a base de sustentação do exercício da cidadania em um mundo repleto de diferenças sociais exorbitantes. Então, o conhecimento se constitui na possibilidade de promover a igualdade e a justiça social. É preciso que o aluno tenha isso em mente, como também, o professor precisa estar preparado e ter autonomia de pensamento para promover uma educação para a cidadania.

No Brasil e em Sergipe, já foram criados vários programas para minimizar os problemas da educação. Mas o nosso país e o nosso estado continuam exibindo um número enorme de analfabetos e alunos com distorção de idade e série. Diante dessa situação caótica da educação, um número considerável de alunos, acaba evadindo das escolas gerando uma grande exclusão social e cultural.

### **3 EDUCAÇÃO SERGIPANA EM 1996**

A educação sergipana não difere do cenário nacional no tocante a crise do sistema educacional. As pesquisas vêm desbravando o tema na tentativa de esclarecer e refletir sobre os desafios da educação local. Muitos autores concordam que a situação sócio-econômica dos pais tem um papel importante na permanência e na continuidade desses alunos no seio escolar.

Segundo os dados do anuário estatístico de Sergipe de 1999 no tópico; alunos afastados por abandono, na educação fundamental em 1996 (Ver o mapa 1), obteve-se os seguintes resultados: Aracaju em primeiro lugar com o total de 19.474 alunos, seguido

por Lagarto com 3.938 alunos, Itabaiana com 3.405 alunos, São Cristóvão com 3.145 alunos e Nossa Senhora do Socorro com 3.108 alunos.

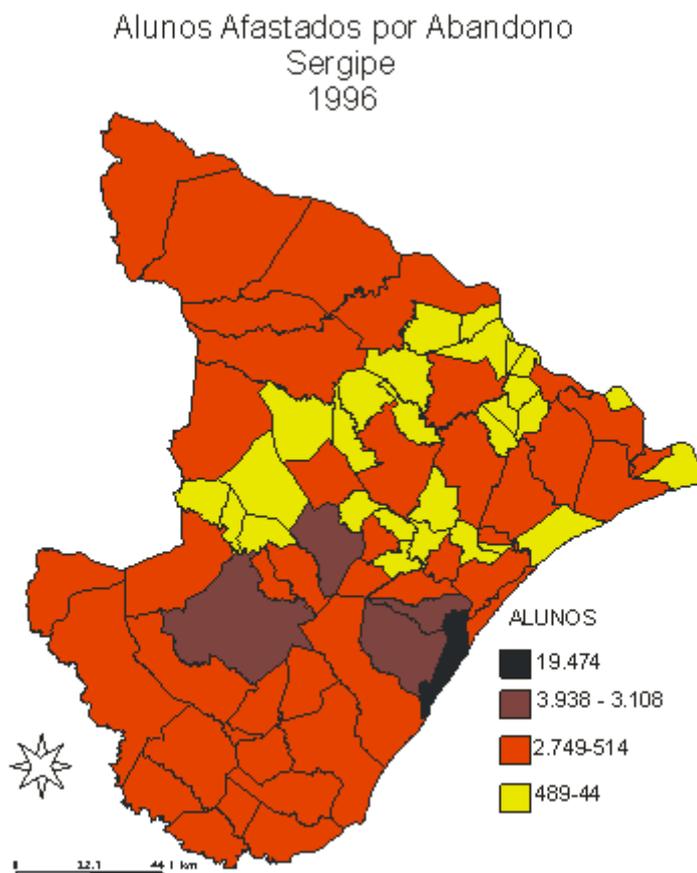
Observe a tabela abaixo:

Tabela 1-Número De Abandonos De Alunos No Estado De Sergipe

MUNICIPIOS	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL
ARACAJU	14.233 alunos	4.901 alunos
LAGARTO	1.200 alunos	2.666 alunos
ITABAIANA	2.259 alunos	1.094 alunos
SÃO CRISTOVÃO	2.337 alunos	763 alunos
SOCORRO	2.526 alunos	572 alunos

Fonte: Anuário Estatístico de Sergipe, 1999.

Segundo Mendes (1988), a análise do trabalho infanto-juvenil no Brasil revela situações alarmantes como a de crianças e adolescentes que exercem atividades ilegais em carvoarias, na cultura da cana-de-açúcar, na colheita do sisal para a indústria têxtil, na colheita da laranja, em cerâmicas e olarias, nos setores industriais e serviços gerais.



FONTE: Anuário estatístico de Sergipe, 1999 .

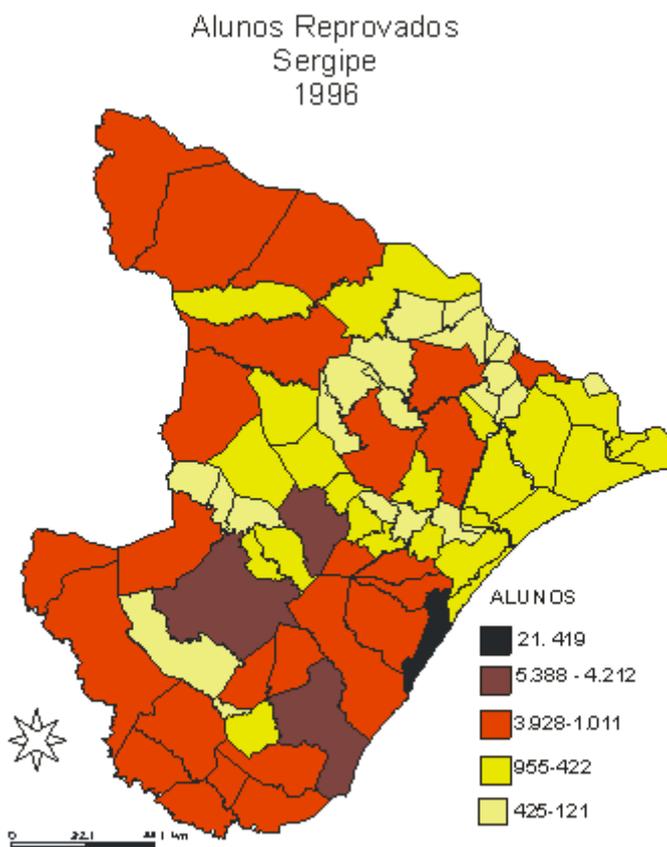
No que tange a realidade sergipana, a evasão escolar é um dos problemas que mais aflige os educadores sergipanos, pois mesmos com as políticas governamentais na tentativa de reduzir a evasão escolar, os índices ainda continuam altos. Uns dos motivos que vem gerando a fuga do alunado no âmbito escolar tanto na zona rural quanto na zona urbana é o trabalho infantil seguido pela falta de estímulo.

Em relação aos alunos reprovados no Estado de Sergipe no ano de 1996 no ensino fundamental, obtiveram-se os seguintes resultados (Ver o mapa 2): Aracaju com 21.419 alunos seguido por Lagarto com 5.388, Estância com 4.325 e Itabaiana com 4.212 alunos reprovados. Observe a tabela abaixo:

Tabela 2-Número De Reprovados No Estado De Sergipe

MUNICIPIOS	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL
ARACAJU	13.730 alunos	5.343 alunos
LAGARTO	1.414 alunos	3.745 alunos
ESTANCIA	1.445 alunos	2.442 alunos
ITABAIANA	1.896 alunos	2.151 alunos

Fonte: Anuário Estatístico de Sergipe, 1999.



FONTE: Anuário estatístico de Sergipe, 1999.

De acordo Thompson (2003), as tendências tradicionais atribuem a responsabilidade de aprender ao aluno, num contexto onde o professor represente o transmissor inquestionável de conhecimentos. Entretanto, as pedagogias modernas, centradas no atendimento às necessidades dos alunos, persistem em negligenciar a culpa dos docentes, quanto à fragilidade da prática pedagógica.

Ainda segundo Thompson (2003), educar não se limita, assim, o repassar informações ou mostrar apenas um caminho, aquele caminho que o professor considera o mais correto, mas sim levar o indivíduo a tomar consciência de si mesmo, dos outros e da sociedade. É oferecer várias ferramentas para que o indivíduo possa escolher dentre muitos caminhos aquele que for compatível com seus valores e visão.

Em relação aos alunos fracos ou fortes, a psicopedagogia diz que há diferentes níveis de aprendizagem cabendo o docente ter diferentes estratégias para atender as necessidades específicas de seu alunado, pois as altas taxas de reprovação põem em risco o desenvolvimento de uma sociedade, no tocante que o insucesso escolar está atrelado ao insucesso profissional.

Contudo não podemos destinar ao professor o fracasso escolar, pois são vários os fatores que acometem esse aluno evidenciado o seu baixo desempenho. Muitos dos nossos alunos convivem com uma alimentação inadequada, ausência dos pais na vida escolar, carência de afetividade, marcas de uma vida dura e escolas sem estrutura.

Segundo o UNICEF (2021), em 2019, 2,1 milhões de estudantes foram reprovados no Brasil e mais de 620 mil abandonaram a escola. A maioria que se encontra nessa situação reside nas regiões Norte e Nordeste, especialmente crianças e adolescentes negras e indígenas ou estudantes com deficiências. E com a pandemia da Covid-19, foram esses, também, os estudantes que enfrentaram as maiores dificuldades para se manter aprendendo, agravando, assim, as desigualdades no País.

Ainda segundo o UNICEF, muito embora as áreas urbanas concentrem o maior número de estudantes e, conseqüentemente, o maior número absoluto de reprovações, proporcionalmente é na zona rural onde mais se reprova e há abandono escolar. Além disso, são mais meninos do que meninas e, proporcionalmente, mais aqueles com deficiências.

As taxas de abandono escolar nos territórios do Semiárido brasileiro e, em especial, da Amazônia Legal brasileira são superiores às médias nacionais, caracterizando um desafio importante às políticas públicas educacionais. (UNICEF, 2021, p. 29).

De acordo com o relatório do UNICEF, ainda que o abandono escolar deva ser uma grande preocupação neste momento de aulas remotas, em virtude da Pandemia da Covid-19, a frequência à escola aumentou, entre os meses de julho e outubro, entre crianças entre 11 e 17 anos, porém, houve uma ligeira queda na frequência das crianças entre 6 e 10 anos.

Por fim, o Fundo das Nações Unidas para a Infância concluiu que

A situação sem precedentes trazida pela pandemia da Covid 19 aprofundou ainda mais as desigualdades e explicitou as limitações para o seu enfrentamento. Mesmo com os esforços de docentes e gestores, em todos os territórios, inclusive nas grandes cidades brasileiras, estudantes e suas famílias tiveram dificuldades com as atividades realizadas remotamente. Esses desafios não foram iguais para todos. Os dados mostram que a pandemia afetou mais a vida escolar daquele perfil de estudantes que já era mais impactado pela cultura do fracasso escolar: meninas e meninos negros e indígenas, nas regiões norte e nordeste do País. (UNICEF et al., 2021, p. 53).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escolha da concepção pedagógica dialética decorre de um fator primordial: o de construir um mundo melhor, através de uma educação voltada para a cidadania, pois, a escola tem que estar voltada para atender as necessidades do aluno.

Segundo Thompson (2003), o aluno não pode continuar sendo eternamente responsabilizado pelas dificuldades que encontra em sua escolaridade, os professores também não podem continuar sem uma formação que lhes tragam o embasamento necessário para compreender este aluno.

Sendo assim, é nossa função como multiplicadores do conhecimento formar cidadãos que possam refletir sobre as questões e sobre as mazelas da sua cidade e de seu país, e a partir dessa reflexão fazer colocações críticas e até mesmo apresentar soluções.

Além disso, segundo Castellar e Maestro (2001), a escola tem a função de contribuir para que o aluno organize suas ideias a partir de conhecimento informal e da cultura que se adquire em ambientes não-escolares. Ensinar é ajudar o aluno a construir significados, sendo o professor o mediador do processo de busca do conhecimento do aluno, organizando, coordenando e adaptando suas intervenções às características individuais dos alunos, com o objetivo de desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais.

## REFERÊNCIAS

Anuário Estatístico de Sergipe, 1999.

ARROYO, Miguel G. (org.) **Da escola carente à escola possível**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei 9394/96 de 20-12-96.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: dez. 2016.

CALLAI, Helena Copetti; MORAES, Maristela Maria de. Educação geográfica, cidadania e cidade. **ACTA Geográfica**. Boa Vista, Edição Especial, 2017. P. 82-100.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da aprendizagem**. Petrópolis: 33ª edição, Vozes, 2003.

CASTELLAR, S; MAESTRO, V. **Geografia**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2001.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DRYDEN, G; VOS, J. **Revolucionário o aprendizado**. São Paulo: Makron Books, 1996.

FALÇÃO, G. M. **Psicologia da aprendizagem**. São Paulo: 10ª edição, Ática, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Haidt, R. C. C. **Curso de Didática geral**. São Paulo: 7ª edição, Ática, 2003.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

KOLLING, E J; CERIOLI, P. R; CALDART, R.S. (Org). **Educação do campo: identidade e políticos públicos**. São Paulo: 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MAIA, A. S. (Org.). **Perspectivas da educação fundamental**. São Paulo: UNIMEP, 2001.

MENDES, L. O. O trabalho infanto-juvenil e o direito à educação: Um contraponto à legislação e políticas de proteção à criança e ao adolescente brasileiro. In: VAIDERGORN, J. (Org). **O direito a ter direitos**. São Paulo: Autores associados, 2000. p. 75 - 96.

MÉZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NOGUEIRA, I. S. A violência nas escolas e o desafio da educação para a cidadania. In: VAIDERGORN, J. (Org). **O direito a ter direitos**. São Paulo: Autores associados, 2000. p. 97 - 111.

PILETTI, N. **Didática geral**. São Paulo: 23ª edição, Ática, 2004.

PILETTI, N. **Psicologia educacional**. São Paulo: Ática, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SILVA, E. T. **O professor e o combate à alienação imposta**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

TEIXEIRA, A. **A educação e a crise brasileira**. Rio de Janeiro: URRJ, 2005.

THOMPSON. R. Educação e aprendizagem. In: FREITAS, N.G. (Org.). **Escola competente**. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2003. p. 47 - 63.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: reprovação, abandono e distorção idade-série**. Dados publicados no site da estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar ([trajetoriaescolar.org.br](http://trajetoriaescolar.org.br)) do UNICEF e parceiros. Janeiro. 2021.

VALLE, L. M. B. A biblioteca escolar como instrumento de inclusão. In: FREITAS, N.G. (Org.). **Escola competente**. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2003. p 129 - 142.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação**. 8ª ed. São Paulo: Libertad, 2001 (Coleção subsídios pedagógicos do Libertad; V. 1)

VEIGA, I. P. A. (org). **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas: Editora Papirus, 1993.

WEREBE, M. J. G. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. São Paulo: 2ª edição, Ática, 2004.